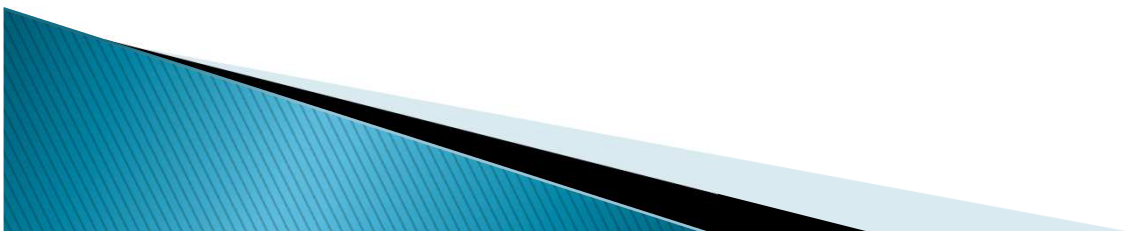


IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS

IRPF 2020





Liviel Floresta

Rua T-30 Nº 1.092 - Setor Bueno - Goiânia-GO

Fone/Fax: (62) 3285-4008

e-mail: liviel@florestaauditores.com.br

floresta@florestaauditores.com.br

www.florestaauditores.com.br

NOSSOS SERVIÇOS

- ✓ Auditoria;
- ✓ Assessoria Tributária;
- ✓ Recuperação de tributos e contencioso tributário;
- ✓ Reorganização Societária (Constituição de Holdings patrimonial e sucessória, cisão, fusão e incorporação);
- ✓ Consultoria contábil e Planejamento tributário.



LIVIEL FLORESTA

Contador, Auditor Independente, Economista, Sócio-Diretor da empresa Floresta Auditores Independentes, responsável técnico junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, membro da Câmara de Auditores Independentes do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com especialização em Auditoria e Perícia pela PUC-GO, Consultor da área tributária, especialista em Imposto de Renda, Professor da Matéria em Cursos e Seminários ministrados em Goiás e outros Estados, atuando há vários anos nas Áreas de Auditoria e Consultoria; foi presidente do CRC-GO e vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade.



IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

NOVIDADES DA DIRPF 2020

A declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física 2020 apresenta algumas novidades, dentre as quais destacam-se:

Bens e Direitos

Para determinados bens e direitos é obrigatório: marcar se eles pertencem ao titular ou a dependente e preencher o campo específico com o CNPJ ou CPF relacionado ao bem ou direito informado. Ao selecionar os códigos "41 - Caderneta de poupança" e "61 - Depósito bancário em conta corrente no País" é possível selecionar ou informar o código no campo banco.

Contas Pré-cadastradas

Pode ser selecionado na tela "Cálculo do Imposto" do "Resumo da Declaração" por meio do campo "Contas pré-cadastradas" algum dos bancos informados na Ficha "Bens e Direitos" nos Códigos "41 - Caderneta de poupança" ou "61: depósito bancário em conta corrente no País" para Débito automático ou Crédito da Restituição.

Condições: somente bancos autorizados pela Secretaria especial da Receita Federal do Brasil; e que conste na Ficha "Bens e Direitos" como conta do titular da declaração.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

NOVIDADES DA DIRPF 2020

Doações Diretamente na Declaração – Fundos Controlados pelos Conselhos do Idoso

É possível doar diretamente na declaração aos Fundos controlados pelos Conselhos Nacional, Distrital, estaduais ou municipais do Idoso. As deduções relativas dos Fundos controlados pelos Conselhos do Idoso efetuadas diretamente na declaração não podem exceder a 3% do valor do imposto sobre a renda devido apurado na declaração.

O somatório das deduções diretamente na declaração "Criança e Adolescente" e "Idoso" estão limitadas a 6% do imposto sobre a Renda devido apurado na declaração em conjunto com as doações efetuadas no decorrer do ano-calendário de 2019 relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Incentivo à Cultura, Incentivo à Atividade Audiovisual, Incentivo ao Desporto e Fundos controlados pelos Conselhos do Idoso.

Rendimentos Recebidos Acumuladamente - Isenção 65 anos

É possível informar na ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente o valor da parcela isenta 65 anos. Essa isenção somente será utilizada caso o contribuinte selecione a opção Ajuste Anual como forma de tributação do Rendimento Recebido Acumuladamente. Caso seja selecionada a opção tributação exclusiva na fonte, essa parcela será somada ao rendimento tributável.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

NOVIDADES DA DIRPF 2020

Débito Automático da 1ª Quota

Foi ampliado o prazo para seleção de débito automático da quota única ou a partir da primeira quota para 10/04/2020.

Declaração Pré-preenchida

Pode ser obtida diretamente do PGD IRPF 2020 por meio da opção “Iniciar Declaração a partir da Pré-Preenchida” da Aba “Nova” da Tela de Entrada. Para obter a declaração Pré-Preenchida é necessário o uso de **certificado digital** do próprio contribuinte ou de seu procurador. Além dos dados da declaração do ano anterior e os dados da Dirf, DMED e Dimob, a declaração Pré-Preenchida agora inclui também os dados financeiros do contribuinte declarados em Dirf.

Contribuição Previdenciária Empregador Doméstico

Por falta de previsão legal não é mais dedutível o valor de Contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico. Foi excluído o código “50 - Contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico” da ficha de Pagamentos Efetuados.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO

Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda referente ao exercício de 2020, a pessoa física residente no Brasil que, no ano-calendário de 2019:

Critérios	Condições
Renda	<ul style="list-style-type: none">✓ recebeu rendimentos tributáveis , sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R\$ 28.559,70;✓ recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00.
Ganho de capital e operações em bolsa de valores	<ul style="list-style-type: none">✓ obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;✓ optou pela isenção do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja destinado à aplicação na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO

Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda referente ao exercício de 2020, a pessoa física residente no Brasil que, no ano-calendário de 2019:

Critérios	Condições
Atividade rural	- relativamente à atividade rural: a) obteve receita bruta anual em valor superior a R\$ 142.798,50 ; b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2019 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2019.
Bens e direitos	- teve a posse ou a propriedade, em 31 de dezembro de 2019, de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00 .
Condição de residente no Brasil	- passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição se encontrava em 31 de dezembro de 2019.

Aviso: O contribuinte que, no ano-calendário de 2019, recebeu rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R\$ 5 milhões, rendimentos isentos e não tributáveis, cuja soma foi superior a R\$ 5 milhões, rendimentos sujeitos a tributação exclusiva ou definitiva, cuja soma foi superior a R\$ 5 milhões, realizou pagamentos de rendimentos a pessoas jurídicas ou a pessoas físicas cuja soma foi superior a R\$ 5 milhões, em cada caso ou no total, deve transmitir a Declaração de Ajuste Anual com a utilização de certificado digital.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Obrigatoriedade 2020	Ano anterior	2020
Rendimentos Tributáveis	R\$ 28.559,70	R\$ 28.559,70
Rendimentos Isentos R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Atividade Rural	R\$ 142.798,50	R\$ 142.798,50
Bens 31.12	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Ganho de capital		
Operações em Bolsa		
Desconto Simplificado		
20% - limitado a	R\$ 16.754,34	R\$ 16.754,34
Deduções		
Dependentes	R\$ 2.275,08	R\$ 2.275,08
Instrução	R\$ 3.561,50	R\$ 3.561,50
Contribuição Oficial		
Contribuição à Previdência Complementar	12% rend. trib	12% rend. trib
Despesas Médicas		
Dedução Empregada doméstica:	R\$ 1.171,84	0,00
Doações - ECA - Incentivo a Cultura – a Atividade Audiovisual - ao Desporto e ao Estatuto do Idoso.	6%	6%
Prazo de Entrega: 02 de março a 30 de abril de 2020		
Multa por atraso : 1% (um por cento) ao mês-calendário - valor mínimo R\$ 165,74		
Entrega tempestiva	30,5 milhões	32,0 milhões

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

TABELA PROGRESSIVA ANUAL		
Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até 22.847,76	-	-
De 22.847,77 até 33.919,80	7,5	1.713,58
De 33.919,81 até 45.012,60	15	4.257,57
De 45.012,61 até 55.976,16	22,5	7.633,51
Acima de 55.976,16	27,5	10.432,32

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Meses de Janeiro a Dezembro:

TABELA PROGRESSIVA MENSAL		
Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Pessoas DISPENSADAS da apresentação da Declaração de Ajuste Anual do IRPF 2020

A pessoa física está dispensada da apresentação da declaração, desde que:

- a) não se enquadre em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade da tabela anterior;
- b) conste como dependente em declaração apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos, caso os possua;
- c) teve a posse ou a propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua, quando os bens comuns forem declarados pelo cônjuge ou companheiro, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R\$ 300.000,00, em 31 de dezembro de 2019.

ATENÇÃO:

Mesmo que não esteja obrigada, qualquer pessoa física pode apresentar a declaração, desde que não tenha constado em outra declaração como dependente. Exemplo: uma pessoa que não é obrigada, mas teve imposto sobre a renda retido em 2019 e tem direito à restituição, precisa apresentar a declaração para recebê-la.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Pessoas que podem ser declaradas como DEPENDENTES na Declaração do IRPF 2020

Relação com o titular da declaração	Condições necessárias para que possam ser declarados como dependentes
Cônjuge ou companheiro	<ul style="list-style-type: none">- companheiro com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos, ou cônjuge.
Filhos e enteados	<ul style="list-style-type: none">- filho ou enteado, de até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;- filho ou enteado, de até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.
Irmãos, netos e bisnetos	<ul style="list-style-type: none">- irmão, neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, de até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho;- irmão, neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, de até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que o contribuinte tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Pessoas que podem ser declaradas como DEPENDENTES na Declaração do IRPF 2020

Relação com o titular da declaração	Condições necessárias para que possam ser declarados como dependentes
Pais, avós e bisavós	<ul style="list-style-type: none">- na Declaração de Ajuste Anual: pais, avós e bisavós que, em 2019, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até R\$ 22.847,76;- na Declaração de Saída Definitiva do País: pais, avós e bisavós que, em 2019, receberam rendimentos, tributáveis ou não, não superiores à soma do limite de isenção mensal de R\$ 1.903,98, correspondente aos meses abrangidos pela declaração.
Menor Pobre	<ul style="list-style-type: none">- menor pobre, de até 21 anos, que o contribuinte crie e eduque, desde que detenha sua guarda judicial.
Tutelados e curatelados	<ul style="list-style-type: none">- pessoa absolutamente incapaz da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

ATENÇÃO:

- ✓ Podem ser consideradas dependentes as pessoas que, de acordo com a tabela acima, mantiveram relação de dependência com o declarante, **mesmo que por menos de doze meses no ano-calendário de 2019, como nos casos de nascimento e falecimento**. O valor da dedução anual é de R\$ 2.275,08 por dependente.
- ✓ No caso de dependentes comuns e declarações em separado, cada titular pode deduzir os valores relativos a qualquer dos dependentes comuns, desde que cada dependente conste em apenas uma declaração.
- ✓ **É obrigatório** informar o número de inscrição no CPF dos dependentes;
- ✓ Os rendimentos, bens e direitos dos dependentes devem ser relacionados na declaração em que constem como dependentes.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

DECLARAÇÃO EM CONJUNTO

Somente é considerado declarante em conjunto, cônjuge, companheiro ou dependente cujos rendimentos sujeitos ao ajuste anual estejam sendo oferecidos à tributação na declaração apresentada pelo contribuinte titular.

A declaração em conjunto supre a obrigatoriedade da apresentação da declaração a que porventura estiver sujeito o cônjuge, o companheiro ou o dependente.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Pessoas consideradas residentes no Brasil para fins tributários:

Considera-se residente no Brasil para fins tributários a pessoa física:

- que resida no Brasil em caráter permanente;
- que se ausente para prestar serviços como assalariada a autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior;
- que ingresse no Brasil com visto permanente, na data da chegada;
- que ingresse no Brasil com visto temporário:
 - a) para trabalhar com vínculo empregatício ou atuar como médico bolsista no âmbito do Programa Mais Médicos de que trata a Medida Provisória nº. 621, de 8 de julho de 2013, convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na data da chegada;
 - b) na data em que complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de até doze meses;

ATENÇÃO:

Para fins do disposto no item "b", caso, dentro de um período de doze meses, a pessoa física não complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, novo período de até doze meses será contado a partir da data do ingresso seguinte àquele em que se iniciou a contagem anterior.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Pessoas consideradas residentes no Brasil para fins tributários

- c) na data da obtenção de visto permanente ou de vínculo empregatício, se ocorrida antes de completar 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de até doze meses;
- brasileira que adquiriu a condição de não residente no Brasil e retorne ao País com ânimo definitivo, na data da chegada;
- que se ausente do Brasil em caráter temporário, ou se retire em caráter permanente do território nacional sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, durante os primeiros doze meses consecutivos de ausência.

ATENÇÃO:

A partir do momento em que a pessoa física adquira a condição de residente ou de não residente no País, dar-se-á o retorno à condição anterior somente quando ocorrer qualquer das hipóteses que fundamente a nova condição.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

PRAZO DE ENTREGA E LOCAIS DE APRESENTAÇÃO

As pessoas físicas que são obrigadas devem apresentar a declaração no período de 02 de março a 30 de abril de 2020.

Formas de Apresentação	Locais e horários de apresentação
Computador	A declaração deve ser apresentada pela Internet, por meio da funcionalidade “Entregar Declaração” do PGD IRPF 2020. O serviço é gratuito. Horário de transmissão: durante todo o dia, exceto no período de 1h às 5h da manhã (horário de Brasília). No último dia, a recepção termina às 23h59min59s (horário de Brasília).
App Meu Imposto de Renda	A apresentação pode ser feita a partir de dispositivos móveis, tablets e smartphones, mediante a utilização do serviço "Meu Imposto de Renda", no APP Meu Imposto de Renda.
Portal e-CAC	Utilização do serviço "Meu Imposto de Renda", no Portal e-CAC, acessado com certificado digital.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Declaração de Ajuste Anual **relativa a espólio**, independentemente de ser inicial ou intermediária, ou a Declaração Final de Espólio, que se enquadre nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº. 1.924, de 19 de fevereiro de 2020, deve ser apresentada em mídia removível em uma unidade da RFB, durante o seu horário de expediente, sem a necessidade de utilização de certificado digital.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Regime de tributação

Formas de tributação	Regras
Utilizando as deduções previstas na legislação tributária	O contribuinte pode utilizar todas as deduções legais a que tem direito e que possa comprovar.
Utilizando o desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na declaração, limitado a R\$ 16.754,34	Este desconto substitui todas as deduções legais, sem a necessidade de comprovação.

ATENÇÃO: O programa para preenchimento da declaração é o mesmo para as duas formas de tributação (utilizando as deduções legais ou o desconto simplificado). No início do preenchimento, são apresentadas orientações sobre as formas de tributação e, ao final, quando for entregar a declaração à RFB, o programa apresentará quadro comparativo para que o contribuinte possa escolher a opção mais favorável.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

ENTREGA DA DECLARAÇÃO À RFB

Após preencher toda a declaração, entregue à Receita Federal, através do menu *Declaração...Entregar Declaração*.

No momento da entrega da declaração, o programa pode indicar que existem pendências. As pendências podem ser erros ou avisos. Veja abaixo o que significam e o que fazer.

Tipo de pendência	Significado	Impede a entrega da declaração?
Erros	Os erros são provocados pela falta ou digitação incorreta de informações obrigatórias. Exemplo de erro: data de nascimento inválida.	Sim. Faça a correção e entregue a declaração.
Avisos	Os avisos significam que informações não obrigatórias foram deixadas em branco. Exemplo de aviso: número do título de eleitor em branco.	Não. Os avisos são apenas alertas. Mas, se achar necessário, complemente as informações e entregue a declaração.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

TRANSMISSÃO

Entrega da declaração pela internet

Para entregar a declaração:

- o computador deve estar conectado à internet;
- a declaração deve ser entregue à RFB (no Programa IRPF 2020, utilize a opção *Declaração...Entregar Declaração*).

ATENÇÃO:

- O programa Receitanet foi incorporado ao PGD IRPF 2020, não sendo mais necessária sua instalação em separado;
- O serviço de recepção de declarações não funciona no período entre 1h e 5h da manhã (horário de Brasília). Entregue a declaração em outro horário.
- É preciso restaurar a cópia de segurança antes de entregá-la.
- Caso não consiga entregar, grave a cópia de segurança da declaração em mídia removível (*pen drive*, disco rígido externo etc.) e tente em outro computador.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

TRANSMISSÃO

OBRIGATORIEDADE DA ENTREGA COM CERTIFICADO DIGITAL

Deve transmitir a Declaração de Ajuste Anual, com a utilização de certificado digital, o contribuinte que se enquadrar, no ano-calendário de 2019, em pelo menos uma das seguintes situações:

I - recebeu rendimentos:

- a) tributáveis sujeitos ao ajuste anual, cuja soma foi superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- b) isentos e não tributáveis, cuja soma foi superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- c) tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou

II - realizou pagamentos de rendimentos a pessoas jurídicas, quando constituam dedução na declaração, ou a pessoas físicas, quando constituam, ou não, dedução na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em cada caso ou no total.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO

Se, após a apresentação, você encontrar erros ou constatar que a declaração entregue está incompleta, faça a retificação.

Retificação da declaração	Até 30 de abril de 2020	Após 30 de abril de 2019
É possível retificar?	Sim	Sim, mas no prazo máximo de cinco anos e desde que a declaração não esteja sob procedimento de fiscalização.
É possível trocar a forma de tributação, ou seja, apresentar uma declaração utilizando o desconto simplificado para substituir uma declaração apresentada utilizando as deduções legais ou vice-versa?	Sim	Não
É possível retificar utilizando o PGD IRPF 2020?	Sim	Sim
É possível retificar utilizando o APP Meu Imposto de Renda?	Sim	Sim
É possível retificar utilizando o serviço Meu Imposto de Renda no e-CAC	Sim	Sim
É possível apresentar a declaração retificadora em mídia removível?	Não	Sim, nas unidades de atendimento da Receita Federal.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO

ATENÇÃO:

- ▶ A declaração retificadora tem a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a integralmente e, portanto, deve conter todas as informações anteriormente declaradas com as alterações e exclusões necessárias, bem como as informações adicionadas, se for o caso.
- ▶ Para fins de priorização no pagamento das restituições será considerada como data de apresentação da declaração a data do envio da retificadora, e não a data de apresentação da declaração original.
- ▶ Não é possível retificar a declaração do exercício que estiver sob procedimento de fiscalização.
- ▶ O contribuinte com declaração retida em malha, que tenha agendado atendimento, não poderá retificar a declaração do exercício após a entrega dos documentos à Receita Federal.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO

Retificação utilizando o programa do IRPF

- ✓ A retificação deve ser feita por meio do programa relativo ao mesmo exercício em que foi elaborada a declaração original.
- ✓ Para indicar que se trata se de uma declaração retificadora, deve-se responder “Declaração Retificadora” à pergunta "Que tipo de declaração você deseja fazer?" e informar o número do recibo da declaração a ser retificada.
- ✓ Outras informações sobre como retificar a declaração podem ser obtidas no Perguntão (Perguntas e Respostas), no tópico "Retificação da Declaração"

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO

Retificação *online*

A retificação online permite a alteração de alguns dados da declaração, diretamente pela internet, sem a utilização do programa IRPF 2020, nem do Receitanet. Não há necessidade de preencher novamente os dados que não se pretende alterar.

ATENÇÃO:

A retificação online pode ser utilizada com certificado digital ou código de acesso. No entanto, por meio de código de acesso não é permitida a visualização ou alteração das fichas de bens e dívidas.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

DECLARAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA DO PAÍS

Pessoas obrigadas a apresentar a Declaração de Saída Definitiva do País (IN SRF nº. 208, de 2002)

A pessoa física que, em 2019, se retirou do Brasil em caráter definitivo ou passou à condição de não residente no Brasil, quando houver saído do território em caráter temporário deverá:

- a) Apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, de 30 dias antes da data de saída até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente;
- b) Apresentar a Declaração de Saída Definitiva do País relativa ao período em que tenha permanecido na condição de residente no Brasil no ano-calendário da saída ou da caracterização da condição de não residente, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva, ou da caracterização da condição de não residente, bem como as Declarações de Ajuste Anual correspondentes a anos-calendário anteriores, se obrigatórias e ainda não entregues;
- c) Recolher em quota única, até a data prevista para a entrega das declarações, o imposto nelas apurado e os demais créditos tributários ainda não quitados, cujos prazos para pagamento são considerados vencidos nessa data, se prazo menor não estiver estipulado na legislação tributária;
- d) Comunicar tal condição, por escrito, à fonte pagadora, para que esta proceda à retenção do imposto sobre a renda, na forma da legislação em vigor. O Comunicado da condição de não residente às Fontes Pagadoras pode ser gerado pelo aplicativo de [Comunicação de Saída Definitiva do País](#) ou pelo Programa IRPF 2020.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

DECLARAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA DO PAÍS

ATENÇÃO:

- O aplicativo da Comunicação de Saída Definitiva do País encontra-se disponível no sítio da RFB na internet e a sua apresentação **não** dispensa a apresentação da Declaração de Saída Definitiva do País (DSDP).
- As Declarações de Ajuste Anual anteriores, se obrigatórias, devem ser transmitidas pela internet, ou entregues em mídia removível, tais como *pen drive* ou disco rígido externo, nas unidades de atendimento da Receita Federal.



IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

DECLARAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA DO PAÍS

CONCEITOS IMPORTANTES

Caracterização da Condição de Residente no Brasil

Considera-se residente no Brasil, a pessoa física:

1. que resida no Brasil em caráter permanente;
2. que se ausente para prestar serviços como assalariada a autarquias ou repartições do Governo brasileiro situadas no exterior;
3. que ingresse no Brasil:
 - a) com visto permanente, na data da chegada;
 - b) com visto temporário:
 - b.1 para trabalhar com vínculo empregatício ou atuar como médico bolsista no âmbito do Programa Mais Médicos de que trata a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na data da chegada;
 - b.2 na data em que complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de até doze meses (Caso, dentro de um período de doze meses, a pessoa física não complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, novo período de até doze meses será contado da data do ingresso seguinte àquele em que se iniciou a contagem anterior);
 - b.3 na data da obtenção de visto permanente ou de vínculo empregatício, se ocorrida antes de completar 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de até doze meses;

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

DECLARAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA DO PAÍS

Caracterização da Condição de Residente no Brasil

4. brasileira que adquiriu a condição de não residente no Brasil e retorne ao País com ânimo definitivo, na data da chegada;
5. que se ausente do Brasil em caráter temporário ou se retire em caráter permanente do território nacional sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País durante os primeiros 12 (doze) meses consecutivos de ausência.



IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

DECLARAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA DO PAÍS

Caracterização da Condição de Não Residente no Brasil

Considera-se não residente no Brasil, a pessoa física:

1. que não resida no Brasil em caráter permanente e não se enquadre nas hipóteses do item Conceito de residente no Brasil;
2. que se retire em caráter permanente do território nacional, na data da saída, com a apresentação da Comunicação de Saída Definitiva do País;
3. que, na condição de não residente, ingresse no Brasil para prestar serviços como funcionária de órgão de governo estrangeiro situado no País, ressalvado o disposto no item 4, de Conceito de residente no Brasil;
4. que ingresse no Brasil com visto temporário:
 - a) e permaneça até 183 dias, consecutivos ou não, em um período de até doze meses;
 - b) até o dia anterior ao da obtenção de visto permanente ou de vínculo empregatício, se ocorrida antes de completar 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de até doze meses;
5. que se ausente do Brasil em caráter temporário, a partir do dia seguinte àquele em que complete doze meses consecutivos de ausência.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

DECLARAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA DO PAÍS

Caracterização da Condição de Não Residente no Brasil

Caso a pessoa física tenha permanecido fora do território nacional por um período inferior a doze meses consecutivos, se restabelece a contagem de novo período de doze meses, a partir da data da próxima saída, seguinte àquela em que se iniciou a contagem anterior.

ATENÇÃO:

A partir do momento em que a pessoa física adquira a condição de residente ou de não residente no País, dar-se-á o retorno à condição anterior somente quando ocorrer qualquer das hipóteses que fundamente a nova condição.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

PRAZO E LOCAL DE APRESENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA

Forma de saída	Locais e horários de apresentação
Saída em caráter permanente	A partir da data da saída até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente à saída. A apresentação deve ser feita por meio de um computador conectado à internet. Veja mais detalhes em Saída Definitiva do País.
Saída em caráter temporário	A partir da data da caracterização da condição de não residente até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente à saída.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

PRAZO E LOCAIS DE APRESENTAÇÃO DA DSDP

As pessoas que são obrigadas devem apresentar a Declaração de Saída Definitiva do País do primeiro dia útil do mês de março até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário seguinte ao da saída, se esta ocorreu em caráter permanente, ou da data da caracterização da condição de não residente, se a saída ocorreu em caráter temporário.

Veja as formas, locais e horários de entrega:

Forma de apresentação	Locais e horários de apresentação
Internet	<p>A apresentação deve ser feita por meio de um computador conectado à internet, utilizando o programa IRPF 2020, disponível no sítio da Receita Federal do Brasil <http://rfb.gov.br>. O serviço é gratuito. A Declaração de Saída Definitiva é uma opção do programa da Declaração de Ajuste Anual do IRPF 2020 que deve ser instalado na máquina do declarante.</p> <p>Horário de transmissão: durante todo o dia, exceto no período de 1h às 5h da manhã (horário de Brasília). No último dia, a recepção termina às 23h59min59s (horário de Brasília).</p>

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

APURAÇÃO DO IR

Na Declaração de Saída Definitiva do País, o imposto é apurado mediante a utilização dos valores da tabela progressiva mensal, vigente no ano-calendário da saída, multiplicados pelo número de meses em que o contribuinte tenha permanecido na condição de residente no Brasil, no ano-calendário em questão.

TRIBUTAÇÃO DE NÃO RESIDENTE

Os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil pela pessoa física que se retirar em caráter permanente do território nacional sujeitam-se à tributação exclusiva na fonte ou, no caso de ganhos de capital, à tributação definitiva, a partir da data da saída definitiva do País. A pessoa física deve comunicar à fonte pagadora a data da saída definitiva do Brasil.



IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

- ✓ Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional **sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, nem a Declaração de Saída Definitiva do País**, seus rendimentos serão tributados da seguinte forma:

Durante os primeiros 12 (doze) meses, contados a partir da data da saída:	<p>Os rendimentos recebidos nos primeiros doze meses consecutivos de ausência:</p> <ul style="list-style-type: none">• de fontes situadas no Brasil são tributados como os rendimentos recebidos pelos demais residentes no Brasil;• de fontes situadas no exterior sujeitam-se à tributação no Brasil nos termos dos artigos 14 a 16 e 19 e 20, da IN SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002.
---	--

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

- ✓ Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional **sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, nem a Declaração de Saída Definitiva do País**, seus rendimentos serão tributados da seguinte forma:

Após o décimo segundo mês da data de saída:	<p>Os rendimentos recebidos a partir do décimo terceiro mês consecutivo de ausência sujeitam-se à tributação exclusiva na fonte ou, no caso de ganhos de capital, à tributação definitiva, nos termos previstos nos arts. 26, 27, 35 a 45, da IN SRF nº. 208, de 27 de setembro de 2002.</p> <p>A alienação de bens e direitos situados no Brasil realizada por não residente está sujeita à tributação definitiva sob a forma de ganho de capital, segundo as normas aplicáveis às pessoas físicas residentes no Brasil.</p> <p>Os rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a não residente por fontes situadas no Brasil estão sujeitos à incidência do imposto exclusivamente na fonte, observadas as normas legais cabíveis.</p> <p>Os rendimentos do trabalho, com ou sem vínculo empregatício, e os da prestação de serviços pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a não residente sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de 25%, ressalvado o disposto no art. 37 da IN SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002.</p>
---	---

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

- ✓ Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional **sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, nem a Declaração de Saída Definitiva do País**, seus rendimentos serão tributados da seguinte forma:

Após o décimo segundo mês da data de saída:	<p>As importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a não residente a título de <i>royalties</i> de qualquer natureza e de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica, administrativa e semelhantes sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de quinze por cento.</p> <p>Os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por não residente, relativos a pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa para o exterior de despesas com instalação e manutenção de escritórios comerciais e de representação, de armazéns, depósitos ou entrepostos sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de quinze por cento.</p> <p>Os juros, comissões, despesas e descontos decorrentes de colocações no exterior, previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, de títulos de crédito internacionais, inclusive <i>commercial papers</i>, desde que o prazo médio de amortização corresponda, no mínimo, a 96 meses, pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a não residente sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de quinze por cento.</p>
---	--

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

- ✓ Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional **sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, nem a Declaração de Saída Definitiva do País**, seus rendimentos serão tributados da seguinte forma:

Após o décimo segundo mês da data de saída:	<p>Os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por não residente, relativos a pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de comissões por exportadores a seus agentes no exterior, de receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem assim de aluguel de <i>containers</i>, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota zero. Tais rendimentos, se recebidos por residente em país com tributação favorecida, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de 25%.</p> <p>Os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por não residente, relativos a pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa para o exterior de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem assim aquelas decorrentes de participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, e de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota zero. Tais rendimentos, se recebidos por residente em país com tributação favorecida, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de 25%.</p>
---	---

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

- ✓ Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional **sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, nem a Declaração de Saída Definitiva do País**, seus rendimentos serão tributados da seguinte forma:

Após o décimo segundo mês da data de saída:	Os demais rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a não residente por fontes situadas no Brasil, inclusive a título de juros sobre o capital próprio, bem assim os decorrentes de cessão de direitos de atleta profissional, solicitação, obtenção e manutenção de direitos de propriedades industriais no exterior, aquisição ou remuneração, a qualquer título, de qualquer forma de direito, e os relativos a comissões e despesas incorridas nas operações de colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de quinze por cento, quando não tiverem tributação específica prevista em lei. Tais rendimentos, se recebidos por residente em país com tributação favorecida, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de 25%. Os juros e outros encargos pagos ou creditados pela pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas, calculados sobre os juros remuneratórios do capital próprio e sobre os lucros e dividendos por ela distribuídos, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de vinte por cento. As normas referentes aos rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa aplicam-se aos juros e a outros encargos referidos neste item, pagos ou creditados pela pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas, e sobre os lucros e dividendos por ela distribuídos, observada a legislação vigente à época da apuração.
---	--

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

EXTRATO DA DIRPF

Após a transmissão, a declaração será processada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. O resultado do processamento estará disponível no meu Imposto de Renda.

Para acessar o meu Imposto de Renda, é necessário possuir **certificado digital ou código de acesso**.

No meu Imposto de Renda, também é possível:

- Verificar se o pagamento mensal das quotas do IRPF está sendo feito corretamente;
- Imprimir o Darf atualizado para pagamentos das quotas;
- Solicitar, alterar ou cancelar o débito automático das quotas;
- Identificar e parcelar débitos que estiverem em atraso; e
- Solicitar o Pedido de Pagamento de Restituição (PERES).



IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

PRINCIPAIS SITUAÇÕES DAS DECLARAÇÕES APRESENTADAS NO MEU IMPOSTO DE RENDA (EXTRATO DA DIRPF)

Situação	Significado
Em processamento	A declaração foi recebida, mas o processamento ainda não foi concluído.
Em Fila de Restituição	Indica que após o processamento da declaração, o contribuinte tem direito a restituição, mas que ainda não foi disponibilizada na rede bancária. Para recebimento da restituição, o contribuinte não poderá ter pendências de débitos no âmbito da RFB e ou da PGFN.
Processada	A declaração foi recebida e o seu processamento concluído. AVISO: A situação “processada” não significa que o resultado apurado tenha sido homologado, podendo ser revisto de ofício pela Administração Tributária (artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional - CTN).
Com Pendências	Durante o processamento da declaração foram encontradas pendências em relação a algumas informações. O contribuinte deve regularizar as pendências.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

PRINCIPAIS SITUAÇÕES DAS DECLARAÇÕES APRESENTADAS NO EXTRATO DA DIRPF

Situação	Significado
Em Análise	Indica que a declaração foi recepcionada, encontra-se na base de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e aguarda: a) a apresentação de documentos solicitados em intimação enviada ao contribuinte; ou b) a conclusão da análise de documentos entregues pelo contribuinte por meio de agendamento, em atendimento à intimação a ele enviada, ou para apresentar Solicitação de Retificação de Lançamento (SRL).
Retificada	Indica que a declaração anterior foi substituída integralmente por declaração retificadora apresentada pelo contribuinte.
Cancelada	Indica que a declaração foi cancelada por interesse da administração tributária ou por solicitação do contribuinte, encerrando todos os seus efeitos legais.
Tratamento Manual	A declaração está sendo analisada. Aguarde correspondência da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

COMO EVITAR CAIR NA MALHA FISCAL OU FISCALIZAÇÃO DA RFB (ALGUMAS ORIENTAÇÕES)

1. Rendimentos Tributáveis: Declarar todos os rendimentos tributáveis recebidos tanto de Pessoas Físicas como de Pessoas Jurídicas (declarar todas as fontes pagadoras) independentemente de ter ou não retenção na fonte tais como: alugueis, resgates de previdência privada, aposentadorias, salários, prestação de serviços, ações judiciais, pensões, etc.

2. Rendimentos dos Dependentes: Ao incluir um dependente, informar também seus rendimentos tributáveis ainda que os rendimentos deste dependente estejam na faixa de isenção.

3. Deduções: Observar se estão de conformidade com a legislação vigente, observando-se que despesas médicas devem corresponder a serviços efetivamente prestados e efetivamente pagos.

Fornecer ou utilizar recibos médicos inidôneos (recibos "frios") configura crime contra a ordem tributária, sujeitando-se o infrator à multa de 150% e pena de reclusão de 2 a 5 anos.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Como evitar cair na Malha Fiscal ou Fiscalização da RFB (algumas orientações)

4. Arrendamento de Imóvel Rural: Muito utilizado pelas Usinas de Açúcar e Alcool (plantio de cana de açúcar).

É tributado na Declaração de Ajuste Anual como aluguel e **não** como Receita da Atividade Rural. Se recebidos de Pessoa Jurídica, compensa-se a fonte, se recebidos de Pessoa Física é obrigatório o recolhimento do carnê-leão.

Obs: Existem muitos contratos indevidamente considerados como contratos de parceria, que são, de fato, contratos de arrendamento.

Nos contratos de parceria rural o proprietário do imóvel partilha com parceiro os **riscos**, frutos, produtos e os resultados havidos, nas proporções estipuladas em contrato.

5. Carnê-leão: Recolher o carnê-leão quando obrigatório (recebimento de rendimentos tributáveis de pessoas físicas e do exterior) – a falta do recolhimento do carnê-leão está sujeita à multa isolada de 50% do valor do carnê-leão não recolhido, mesmo que tenha incluído os rendimentos sujeitos ao carnê-leão na declaração de ajuste anual ou ainda que não tenha sido apurado imposto a pagar na declaração de ajuste.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Como evitar cair na Malha Fiscal ou Fiscalização da RFB (algumas orientações)

6. **Valor real das aquisições e alienações**: Declarar as aquisições e vendas de bens imóveis, móveis e direitos pelo valor real de aquisição ou alienação – recolher o imposto quando houver ganho de capital.
7. **Saldos bancários**: Declarar todos os saldos bancários (contas correntes, investimentos e demais aplicações financeiras) mantidas no Brasil e no exterior em nome do declarante e dependentes, cujo valor unitário exceder a R\$ 140,00.
8. **CPF**: Não permitir que terceiros utilizem seu nome e CPF para aquisição de bens e direitos.
9. **Conta bancária**: Não permitir que terceiros utilizem sua conta bancária para depósitos, transferências e saques.

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Como evitar cair na Malha Fiscal ou Fiscalização da RFB (algumas orientações)

10. Pagamentos e Doações Efetuados: Informar na Declaração de Ajuste Anual, quadro "Relação de Pagamentos e Doações Efetuados", os pagamentos efetuados a:

- pessoas jurídicas, quando representem dedução na declaração do contribuinte;
- pessoas físicas, quando representem ou não dedução na declaração do contribuinte, compreendendo pagamentos efetuados a profissionais liberais, tais como: médicos, dentistas, advogados, veterinários, contadores, economistas, engenheiros, arquitetos, psicólogos, fisioterapeutas e também os efetuados a título de aluguel, pensão alimentícia e juros.

Obs: A falta de declaração dos pagamentos acima sujeita o contribuinte à multa de 20% sobre os valores não declarados (art. 975, Decreto 9.580, de 2018 – RIR).

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS – IRPF 2020

Como evitar cair na Malha Fiscal ou Fiscalização da RFB (algumas orientações)

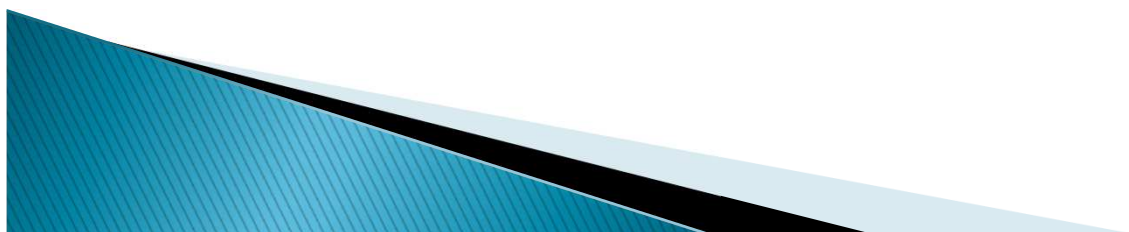
11. Nota Importante:

A Receita Federal possui um eficiente sistema informatizado de cruzamentos de informações entre os quais incluem-se dados das seguintes declarações, **entre outras**:

- DIMOB: Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias
- DIRF: Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
- DOI : Declaração de Operações Imobiliárias
- DBF: Declaração de Benefícios Fiscais
- DECRED: Declaração de Operações com Cartão de Crédito
- DMED - Declaração de Serviços Médicos; etc.
- e-Financeira

IMPOSTO DE RENDA

ATIVIDADE RURAL



IMPOSTO DE RENDA – ATIVIDADE RURAL

TEXTOS LEGAIS

- Lei nº. 8.023/1990 - Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências.
- IN SRF nº. 83/2001 - Dispõe sobre a tributação dos resultados da atividade rural das pessoas físicas.
- IN RFB 1.700/2017 - Artigos 248 A 270 - Dispõe sobre a tributação dos resultados da atividade rural na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.



Revogou a IN SRF 257, de 2002.

IMPOSTO DE RENDA – ATIVIDADE RURAL

TEXTOS LEGAIS

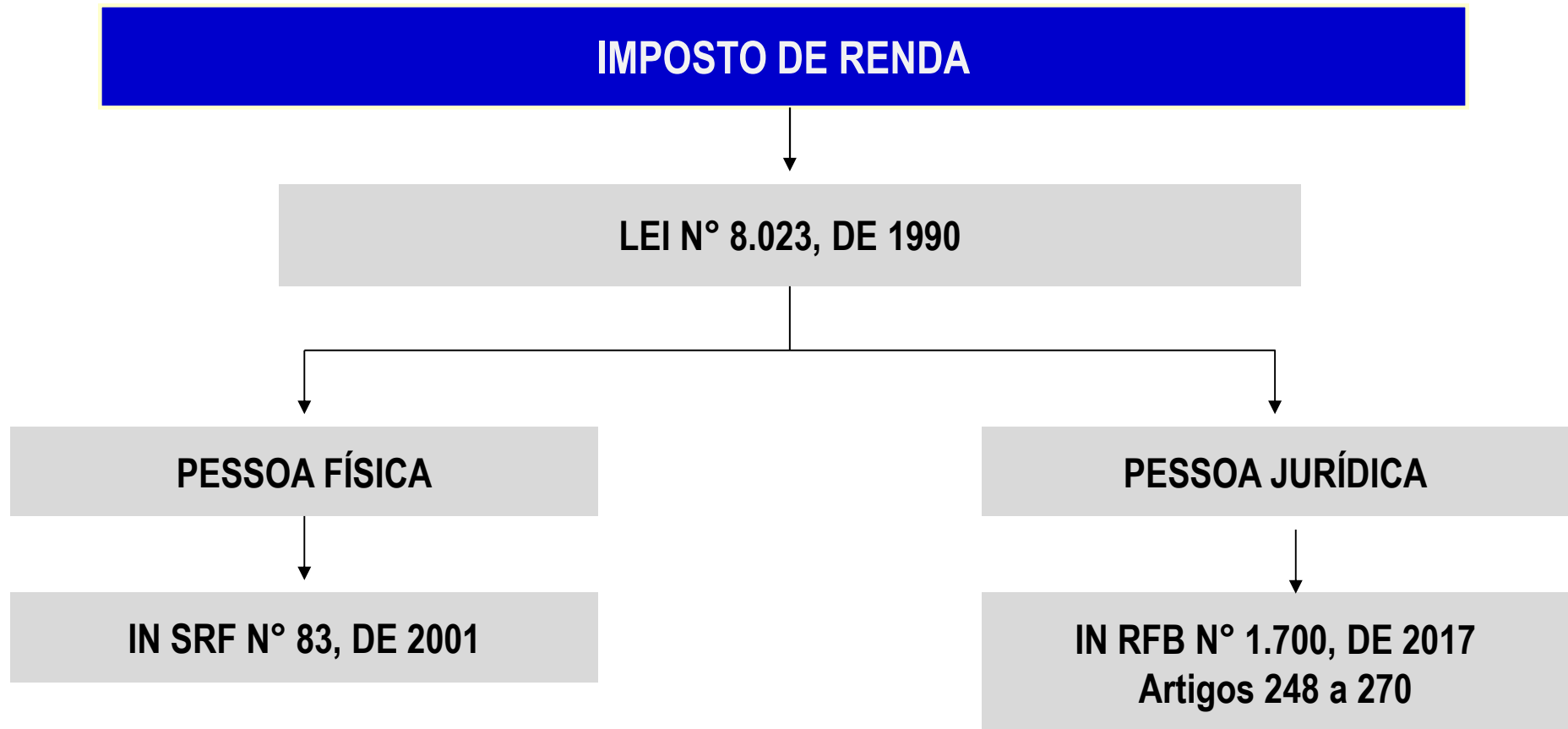
- Lei nº. 4.504/1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.
- Decreto nº. 59.566/66 - Regulamenta a Lei 4.504, de 1964, Estatuto da Terra, e dá outras providências.
- Decreto 9.580/2018 - Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Atividade rural, a partir do artigo 50.

IMPOSTO DE RENDA – ATIVIDADE RURAL

TEXTOS LEGAIS

- Lei nº. 10.406/2002 - Código Civil, Comodato artigos 579 a 585, Condomínio artigos 1.314 a 1.326.
- Decreto nº 8.373/2014 - Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, e dá outras providências.

ATIVIDADE RURAL



ATIVIDADE RURAL

CONCEITO

Considera-se atividade rural:

- I. a agricultura;
- II. a pecuária;
- III. extração e a exploração vegetal e animal;
- IV. exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas de pequenos animais;
- V. a atividade de captura de pescado *in natura*, desde que a exploração se faça com apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca, etc.), inclusive a exploração em regime de parceria;

ATIVIDADE RURAL

CONCEITO

VI. a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas as características do produto *in natura*, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada, tais como:

TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS DA ATIVIDADE RURAL

a) beneficiamento de produtos agrícolas:

1. descasque de arroz e de outros produtos semelhantes;
2. debulha de milho;
3. conservas de frutas;



ATIVIDADE RURAL

CONCEITO

TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS DA ATIVIDADE RURAL

b) transformação de produtos agrícolas:

1. moagem de trigo e de milho;
2. moagem de cana-de-açúcar para produção de açúcar mascavo, melado, rapadura
3. grãos em farinha ou farelo;

c) transformação de produtos zootécnicos:

1. produção de mel acondicionado em embalagem de apresentação;
2. laticínio (pasteurização e acondicionamento de leite; transformação de leite em queijo, manteiga e requeijão);
3. produção de sucos de frutas acondicionados em embalagem de apresentação;
4. produção de adubos orgânicos;

ATIVIDADE RURAL

CONCEITO

TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS DA ATIVIDADE RURAL

d) transformação de produtos florestais:

1. produção de carvão vegetal;
2. produção de lenha com árvores da propriedade rural;
3. venda de pinheiros e madeira de árvores plantadas na propriedade rural.

e) produção de embriões de rebanho em geral, alevinos e girinos, em propriedade rural, independentemente de sua destinação (reprodução ou comercialização).



ATIVIDADE RURAL

ATIVIDADES EXCLUÍDAS DO CONCEITO

Não se considera atividade rural:

- I. a industrialização de produtos, tais como bebidas alcoólicas em geral, óleos essenciais, arroz beneficiado em máquinas industriais, fabricação de vinho com uvas ou frutas
- II. a comercialização de produtos rurais de terceiros e a compra e venda de rebanho com permanência em poder do contribuinte em prazo inferior a 52 dias, quando em regime de confinamento, ou 138 dias, nos demais casos;
- III. o beneficiamento ou a industrialização de pescado *in natura*;

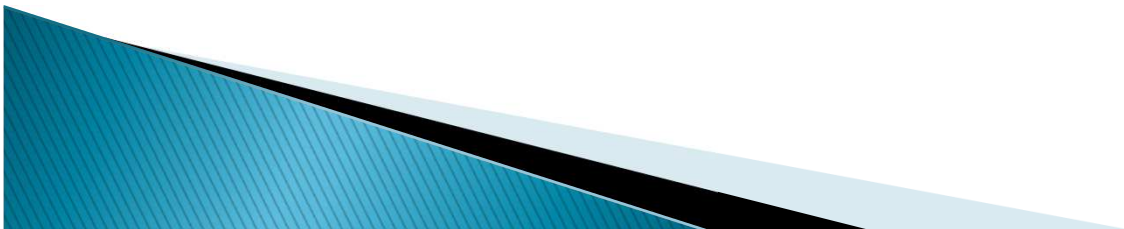


ATIVIDADE RURAL

ATIVIDADES EXCLUÍDAS DO CONCEITO

Não se considera atividade rural:

- IV. o ganho auferido por proprietário de rebanho, entregue, mediante contrato por escrito, a outra parte contratante (simples possuidora do rebanho) para o fim específico de procriação, ainda que o rendimento seja predeterminado em número de animais;
- V . as receitas provenientes do aluguel ou arrendamento de máquinas, equipamentos agrícolas e pastagens, e da prestação de serviços de transportes de produtos de terceiros;
- VI as receitas decorrentes da venda de recursos minerais extraídos de propriedade rural, tais como metal nobre, pedras preciosas, areia, aterro, pedreiras;



ATIVIDADE RURAL

ATIVIDADES EXCLUÍDAS DO CONCEITO

Não se considera atividade rural:

- VII. as receitas de vendas de produtos agropecuários recebidos em herança ou doação, quando o herdeiro ou donatário não explore atividade rural;
- VIII. as receitas financeiras de aplicações de recursos no período compreendido entre dois ciclos de produção;
- IX. os valores dos prêmios ganhos a qualquer título pelos animais que participarem em concursos, competições, feiras e exposições;
- X. os prêmios recebidos de entidades promotoras de competições hípcas pelos proprietários, criadores e profissionais do turfe;
- XI. as receitas oriundas da exploração do turismo rural e de hotel fazenda.



ATIVIDADE RURAL

PESSOA JURÍDICA

FORMAS DE TRIBUTAÇÃO

LUCRO REAL

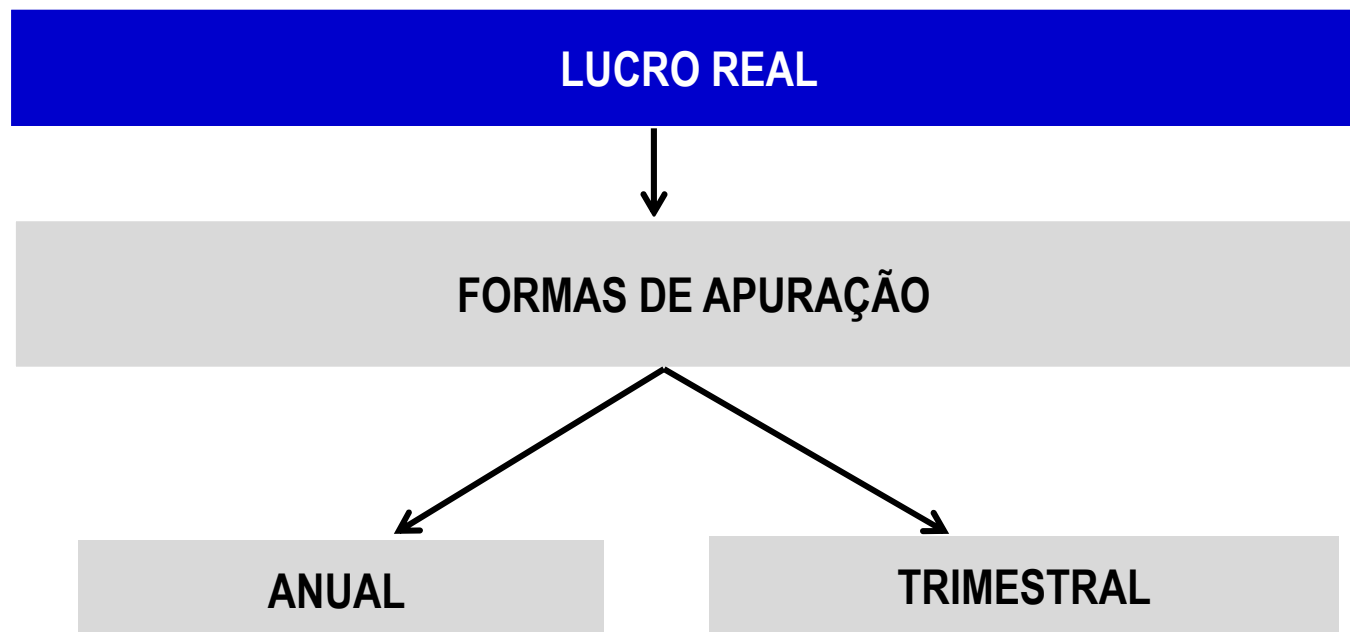
LUCRO PRESUMIDO

LUCRO ARBITRADO

SIMPLES NACIONAL

ATIVIDADE RURAL

PESSOA JURÍDICA



ATIVIDADE RURAL

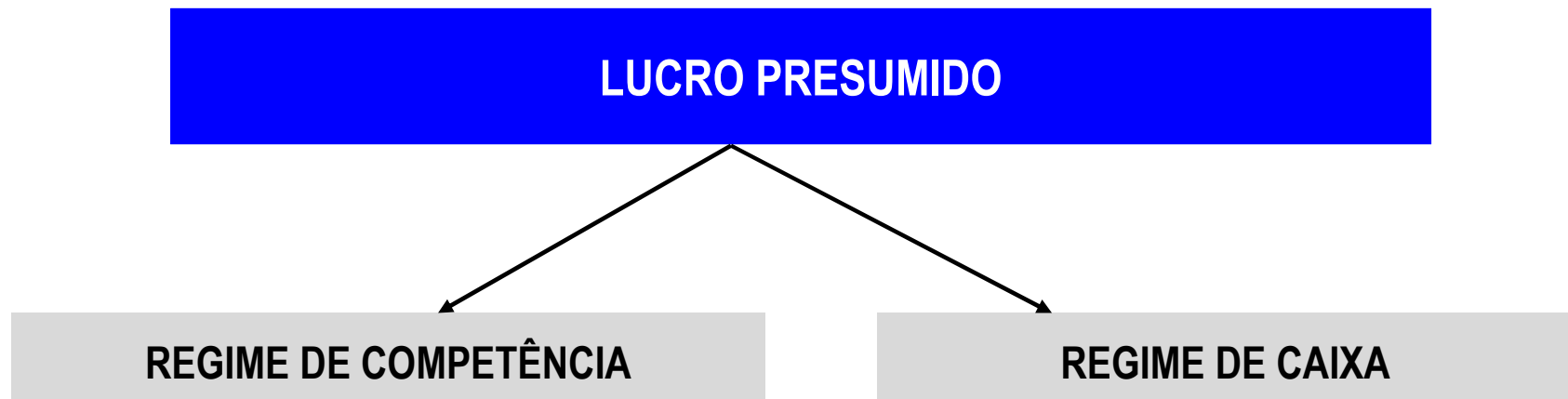
LUCRO REAL

- ✓ Os bens do ativo permanente imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica rural, para uso nessa atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano de aquisição;
- ✓ Compensação de Prejuízos – Não há limitação;
- ✓ Prejuízo fiscal da atividade rural do período pode ser compensado com Lucro Real das demais atividades apurado no mesmo período, sem limite.



ATIVIDADE RURAL

PESSOA JURÍDICA



ATIVIDADE RURAL

PESSOA FÍSICA



IRPF

FORMA DE APURAÇÃO DO RESULTADO

Livro Caixa

O resultado da exploração da atividade rural exercida pelas pessoas físicas é apurado mediante escrituração do livro Caixa, incluído todas despesas e receitas.

Arbitramento do resultado a razão de 20% da receita bruta.



IRPF

RESULTADO DA ATIVIDADE RURAL

Receitas Recebidas x Despesas de Custeio e Investimentos Pagos

Considera-se resultado da atividade rural a diferença entre os valores das receitas recebidas e das despesas de custeio e dos investimentos pagos no ano-calendário, correspondentes a todas as unidades rurais exploradas pela pessoa física.

Se o resultado da atividade rural for negativo (prejuízo), poderá ser compensado nos anos-calendário posteriores.

Do resultado da atividade rural poderá ser excluído o montante de prejuízos compensáveis de exercícios anteriores.

A pessoa física fica obrigada à conservação e guarda do livro Caixa e dos documentos fiscais que demonstrem a apuração do prejuízo a compensar.



IRPF

RESULTADO DA ATIVIDADE RURAL

Opção do Contribuinte Pelo Arbitramento

À opção do contribuinte, o resultado da atividade rural, quando positivo, limitar-se-á a 20% da receita bruta do ano-calendário.

Perda do Direito a Compensação de Prejuízos

A pessoa Física que, optar pelo arbitramento perderá o direito à compensação do total dos prejuízos correspondentes a anos-base anteriores ao da opção (artigo 16, § único, Lei nº. 8.023/90).



IRPF

FORMA DE APURAÇÃO DO RESULTADO

Comprovação das Receitas e Despesas

O contribuinte deve comprovar a veracidade das receitas e das despesas escrituradas no Livro Caixa, mediante documentação idônea que identifique o adquirente ou o beneficiário, o valor e a data da operação, a qual é mantida em seu poder à disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer a decadência ou prescrição.



IRPF

FORMA DE APURAÇÃO DO RESULTADO

Falta de Escrituração do Livro Caixa

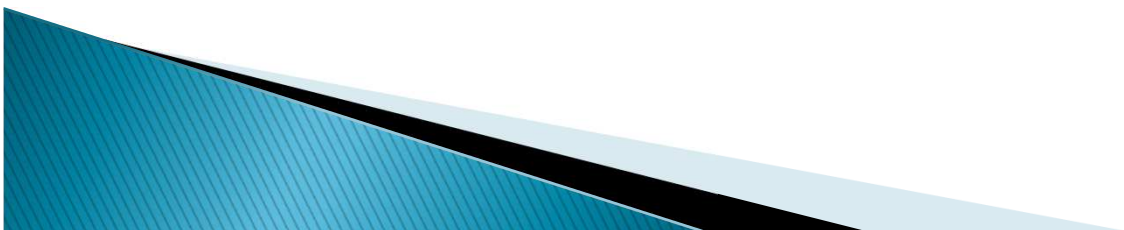
- ✓ A ausência da escrituração implica o arbitramento do resultado à razão de 20% da receita bruta do ano-calendário;
- ✓ É dispensada a escrituração do livro Caixa, quando a receita bruta total auferida no ano-calendário não exceder a R\$ 56.000,00 é facultada a apuração mediante prova documental;
- ✓ Considera-se prova documental aquela que se estrutura por documentos nos quais fiquem comprovados e demonstrados os valores das receitas recebidas, das despesas de custeio e os investimentos pagos no ano-calendário;
- ✓ O resultado negativo apurado pelas pessoas físicas que optarem pela dispensa da escrituração do livro caixa não pode ser compensado.



IRPF

ESCRITURAÇÃO DO LIVRO CAIXA

- ✓ A escrituração consiste em assentamentos das receitas, despesas de custeio, investimentos e demais valores que integram o resultado da atividade rural no livro Caixa, não contendo intervalos em branco, nem entrelinhas, borraduras, raspaduras ou emendas;
- ✓ É permitida a escrituração do livro Caixa pelo sistema de processamento eletrônico;
- ✓ O livro Caixa independe de registro;
- ✓ O livro Caixa deve ser numerado sequencialmente;



IRPF

LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL (LCDPR)

- ✓ As INs RFB 1.848, de 28.11.2018 e 1.903, de 24.07.2019, alteraram a IN RFB 83, de 2001, nela incluindo os artigos 23^a e 23B;
- ✓ A partir do ano-calendário de 2019 o produtor rural que auferir, durante o ano, receita bruta da atividade rural superior a R\$ 4,800.000,00 deverá entregar, arquivo digital com a escrituração do livro caixa digital do produtor rural (LCDPR);
- ✓ O LCDPR deverá ser assinado digitalmente;
- ✓ A entrega do arquivo digital que contém o LCDPR escriturado e assinado, deverá ser realizada até o final do prazo de entrega da DIRPF no respectivo ano-calendário;
- ✓ O contribuinte que tiver receita bruta inferior ao limite acima mencionado, poderá escriturar e entregar o LCDPR; e
- ✓ Para o ano-calendário de 2019, excepcionalmente, o limite acima para obrigatoriedade de entrega do LCDPR será de R\$ 7.200.000,00.

IRPF

LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODUTOR RURAL (LCDPR)

- ✓ A escrituração deve ser efetuada abrangendo todas as unidades rurais exploradas pelo contribuinte;
- ✓ Exploração de uma unidade rural por mais de uma pessoa física (art. 14), a escrituração deve ser efetuada no livro Caixa de cada contribuinte, **abrangendo a sua participação** no resultado da atividade rural, acompanhada da respectiva documentação comprobatória, por meio de cópias, quando for o caso; e
- ✓ O leiaute 1.2 e o manual de preenchimento do LCDPR foi divulgado pelo ADE COPES 6, de 17.09.2019.

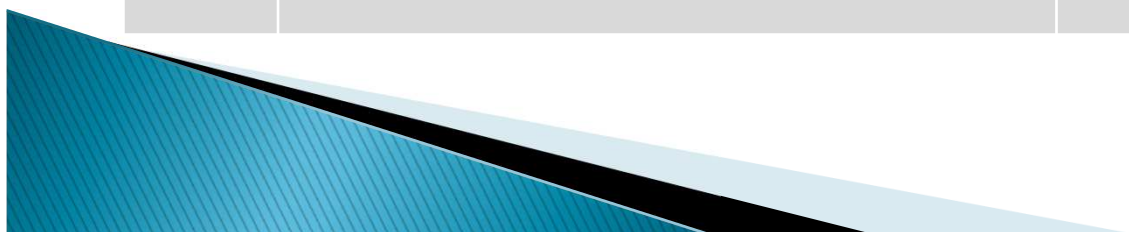


IRPF

LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODDUTOR RURAL (LCDPR)

BLOCOS

Bloco	Nome do Bloco	Descrição do Bloco
O	Abertura e Identificação.	Abre o arquivo, identifica a pessoa física, os imóveis rurais, as contas bancárias e referencia o período do LCDPR.
Q	Demonstrativo do Resultado da atividade Rural.	Apresenta o demonstrativo do resultado da atividade rural.
9	Identificação do Contador e Encerramento do Arquivo Digital.	Identifica o Contador e encerra o arquivo digital.



IRPF

LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODDUTOR RURAL (LCDPR)

BLOCO 0

Registro	Nome do Registro
0000	Abertura do arquivo digital e identificação da pessoa física
0010	Parâmetro de tributação
0030	Dados cadastrais
0040	Cadastro dos imóveis rurais
0045	Cadastro de terceiros
0050	Cadastro das contas bancárias do produtor rural



IRPF

LIVRO CAIXA DIGITAL DO PRODDUTOR RURAL (LCDPR)

BLOCO Q

Registro	Nome do Registro
Q100	Demonstrativo do resultado da atividade rural
Q200	Resumo mensal do demonstrativo do resultado da atividade rural

BLOCO 9999

9999	Identificação do contador e encerramento do arquivo digital
------	---



IRPF

RECEITA BRUTA

A receita bruta da atividade rural é constituída pelo montante das vendas dos produtos oriundos das atividades exploradas pelo próprio vendedor.

IRPF

RECEITA BRUTA

Integram também a receita bruta da atividade rural:

- I. os valores recebidos de órgãos públicos, tais como auxílios, subvenções, subsídios, Aquisições do Governo Federal (AGF) e as indenizações recebidas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Pro-Agro);
- II. o montante ressarcido ao produtor agrícola pela implantação e manutenção da cultura fumageira;
- III. o valor de alienação de investimentos utilizados exclusivamente na exploração da atividade rural, ainda que adquiridos pelas modalidades de arrendamento mercantil e consórcio;



IRPF

RECEITA BRUTA

Integram também a receita bruta da atividade rural:

- IV. o valor da entrega de produtos agrícolas, pela permuta com outros bens ou pela dação em pagamento;
- V. o valor pelo qual o subscritor transfere os bens e direitos utilizados na exploração da atividade rural e os produtos e os animais dela decorrentes, a título de integralização de capital, nos termos previstos no art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995;
- VI. as sobras líquidas decorrentes da comercialização de produtos agropecuários, apuradas na demonstração de resultado do exercício e distribuídas pelas sociedades cooperativas de produção aos associados produtores rurais.



IRPF

COMPROVAÇÃO DA RECEITA

Receita Bruta Decorrente da Comercialização

Deve ser comprovada por documentos usualmente utilizados nessas atividades, tais como Nota Fiscal de Produtor, Nota Fiscal de Entrada, Nota Promissória Rural vinculada à Nota Fiscal de Produtor e demais documentos oficialmente reconhecidos pelas fiscalizações estaduais.

Receita Bruta Decorrente da Alienação de Bens

A pessoa física pode comprovar com documentação hábil e idônea, onde necessariamente conste o nome, o número no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) ou o número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e o endereço do adquirente ou do beneficiário, bem assim a data e o valor da operação em moeda corrente nacional.



IRPF

DESPESA DE CUSTEIO

Considera-se despesa de custeio aquela necessária à percepção dos rendimentos da atividade rural e à manutenção da fonte pagadora, relacionada com a natureza das atividades rurais exercidas.

IRPF

INVESTIMENTO

Os investimentos são considerados despesas no mês do efetivo pagamento.

Considera-se investimento a aplicação de recursos financeiros, que visem ao desenvolvimento da atividade rural, à expansão da produção e da melhoria da produtividade, realizados com:

- I. benfeitorias resultantes de construção, instalações, melhoramentos, reparos, bem assim de limpeza de diques, comportas e canais;
- II. culturas permanentes, essências florestais e pastagens artificiais;
- III. aquisição de tratores, implementos e equipamentos, máquinas, motores, veículos de cargas e utilitários rurais, utensílios e bens de duração superior a um ano, bem assim de botes de pesca ou caíques, frigoríficos para conservação da pesca, cordas, anzóis, bóias, guinchos e reformas de embarcações;

IRPF

INVESTIMENTO

- IV. animais de trabalho, de produção e engorda;
- V. serviços técnicos especializados, devidamente contratados, visando elevar a eficiência do uso dos recursos da propriedade ou exploração rural;
- VI. insumos que contribuam destacadamente para elevação da produtividade, tais como reprodutores, aquisições de matrizes, alevinos e girinos, sementes e mudas selecionadas, corretivos de solo, fertilizantes, vacinas e defensivos vegetais e animais;



IRPF

INVESTIMENTO

- VII. atividades que visem especificamente à elevação sócio-econômica do trabalhador rural, tais como casas de trabalhadores, prédios e galpões para atividades recreativas, educacionais e de saúde;
- VIII. estradas que facilitem o acesso ou a circulação na propriedade;
- IX. instalação de aparelhagem de comunicação, bússola, sonda, radares e de energia elétrica;
- X. bolsas para a formação de técnicos em atividades rurais, inclusive gerentes de estabelecimentos e contabilistas.



IRPF

TERRA NUA

- ✓ Não constitui investimento o custo de aquisição da terra nua.
- ✓ Considera-se terra nua o imóvel rural despojado das benfeitorias (construções, instalações e melhoramentos), das culturas permanentes e temporárias, das árvores e florestas plantadas e das pastagens cultivadas ou melhoradas.



IRPF

COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO E DOS INVESTIMENTOS

As despesas de custeio e os investimentos são comprovados mediante documentos idôneos, tais como:

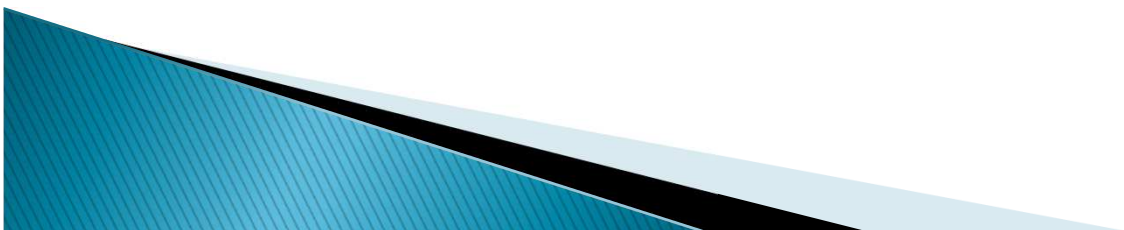
- ✓ nota fiscal, fatura, recibo, contrato de prestação de serviços, laudo de vistoria de órgão financiador e folha de pagamento de empregados, identificando adequadamente a destinação dos recursos.
- ✓ A Nota Fiscal Simplificada e o Cupom de Máquina Registradora, quando identificarem o destinatário das mercadorias ou produtos, são documentos hábeis para comprovar despesas efetuadas pelas pessoas físicas na apuração do resultado da atividade rural.



IRPF

PREJUÍZO NÃO COMPENSADO PELO DE CUJUS

O saldo de prejuízo não compensado pelo *de cujus* pode ser utilizado pelo meeiro e pelos sucessores legítimos que continuarem a exploração da atividade rural, após o encerramento do inventário, proporcionalmente à parcela da unidade rural recebida.



IRPF

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO ACUMULADO

- ✓ Para compensação de prejuízo acumulado, a pessoa física deve manter escrituração do livro Caixa, mesmo que esteja dispensada desta obrigação.
- ✓ A falta da escrituração implica a perda do direito à compensação do prejuízo acumulado.



IRPF

ARRENDATÁRIOS, CONDÔMINOS E PARCEIROS

Os arrendatários, os condôminos, os conviventes, no caso de união estável, e os parceiros, na exploração da atividade rural, devem apurar o resultado, separadamente, na proporção dos rendimentos e despesas que couberem a cada um, devendo essa condição ser comprovada documentalmente.



IRPF

UNIDADE RURAL COMUM AO CASAL

- ✓ O resultado da atividade rural produzido em unidade rural comum ao casal, em decorrência do regime de casamento, deve ser apurado e tributado pelos cônjuges proporcionalmente à sua parte.
- ✓ Opcionalmente, o resultado da atividade rural comum pode ser apurado e tributado em sua totalidade na declaração de um dos cônjuges.



IRPF

AQUISIÇÃO DE BENS A PRAZO

As despesas relativas à aquisição a prazo de bens são dedutíveis nas datas dos pagamentos.

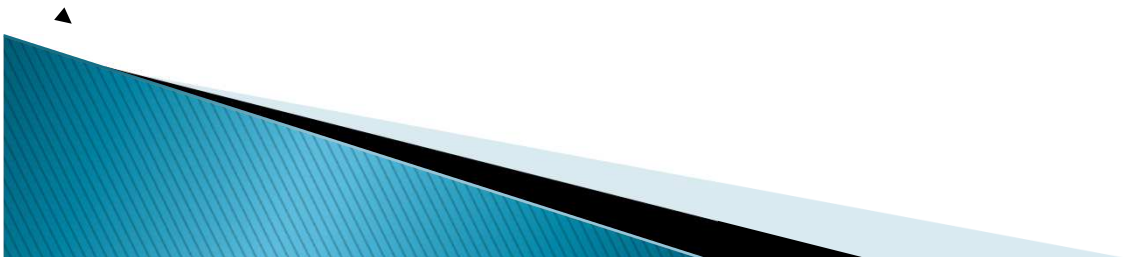
Adquiridos Mediante Financiamento Rural

No caso de bens adquiridos mediante financiamento rural, a dedução ocorre na data do pagamento do bem e não na data do empréstimo.

Adquiridos por meio de consórcios ou Leasing

Em relação aos bens adquiridos por meio de consórcios ou arrendamento mercantil, considera-se dedutível a despesa no momento do pagamento de cada parcela, ressalvado o seguinte:

- ✓ o caso de consórcio ainda não contemplado, o valor das parcelas pagas somente pode ser dedutível na apuração do resultado da atividade rural quando do recebimento do bem.



IRPF

ALIENAÇÃO DE BENS A PRAZO

As receitas de alienação a prazo de bens devem ser computadas na apuração do resultado da atividade rural na data do recebimento de cada parcela.



IRPF

ADIANTAMENTOS POR CONTA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

- ✓ Os adiantamentos, recebidos por conta de contrato de compra e venda de produtos agrícolas para entrega futura, são computados como receita no mês da efetiva entrega do produto.
- ✓ Nos contratos de compra e venda de produtos agrícolas, o valor devolvido após a entrega do produto constitui despesa no mês da devolução.
- ✓ Nos contratos de compra e venda de produtos agrícolas, o valor devolvido antes da entrega do produto não constitui despesa, devendo ser diminuído da importância recebida por conta de venda para entrega futura.



IRPF

PRODUTOS COM PREÇO FINAL SUJEITO À COTAÇÃO DA BOLSA DE MERCADORIAS

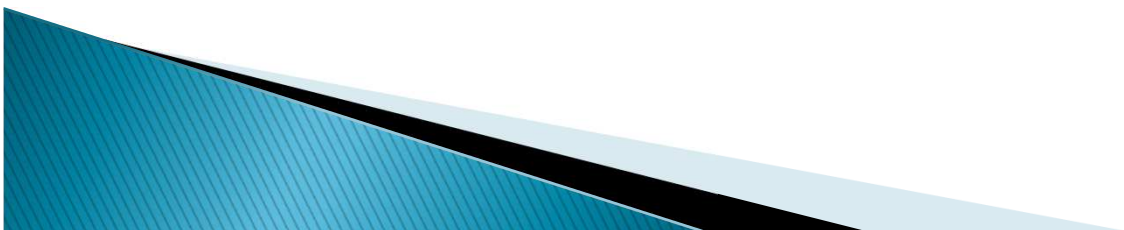
Nas vendas de produtos com preço final sujeito à cotação da bolsa de mercadorias ou à cotação internacional do produto, a diferença apurada por ocasião do fechamento da operação compõe o resultado da atividade rural.



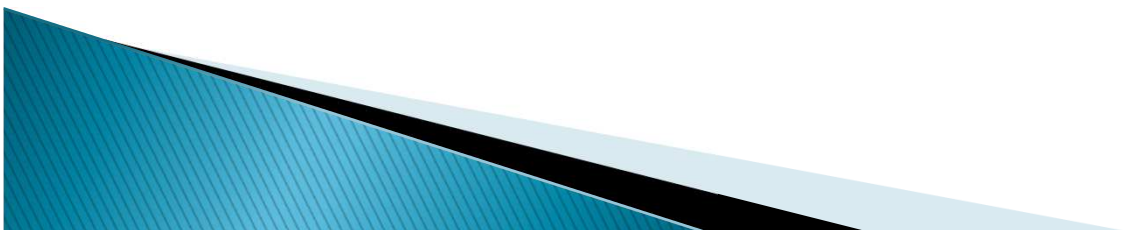
IRPF

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ACRÉSCIMO PATRIMONIAL

Os empréstimos destinados ao financiamento da atividade rural, comprovadamente utilizados nessa atividade, não justificam acréscimo patrimonial.



ESPÓLIO



ESPÓLIO

- ✓ Espólio é o conjunto de bens, direitos, rendimentos e obrigações da pessoa falecida. É contribuinte distinto do meeiro, herdeiros e legatários.
- ✓ O espólio está sujeito aos mesmos prazos e condições de obrigatoriedade de apresentação das pessoas físicas quanto à declaração inicial (correspondente ao ano de falecimento) e às intermediárias.
- ✓ Nas declarações de espólio devem ser incluídos os rendimentos próprios, 50% dos produzidos pelos bens comuns recebidos no ano-calendário, os bens e direitos que constem do inventário e as obrigações do espólio.
- ✓ OPCIONALMENTE, os rendimentos produzidos pelos bens comuns podem ser tributados, em sua totalidade, em nome do espólio, o qual pode compensar o total do imposto pago ou retido na fonte sobre esses rendimentos.
- ✓ Nas declarações de espólio de pessoa que mantinha união estável, devem ser incluídos os rendimentos próprios, 50% dos rendimentos produzidos pelos bens possuídos em condomínio com o companheiro, ou percentual estabelecido em contrato escrito, recebidos no ano-calendário, os bens e direitos que constem do inventário e as obrigações do espólio.
- ✓ As declarações de espólio devem ser apresentadas em nome da pessoa falecida, com a indicação de seu número de inscrição no CPF e o endereço residencial na data do falecimento, utilizando, nos casos de declarações inicial e intermediária, o código de natureza da ocupação relativo a espólio (81) e deixando em branco a ocupação principal e o respectivo código.

ESPÓLIO

As declarações são apresentadas pelo:

- a) cônjuge meeiro, sucessor a qualquer título ou por representante desses, enquanto não iniciado o inventário;
- b) inventariante, a partir da abertura do inventário, indicando o nome, número de inscrição no CPF e endereço na ficha Espólio;
- c) interessado, com poderes de inventariante, indicando o nome, número de inscrição no CPF e endereço, na ficha Espólio, quando se tratar de inventário e partilha por escritura pública nos termos do que dispõe os arts. 610 e 611 da Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC).

ESPÓLIO

DECLARAÇÃO INICIAL (Art. 7º, da IN RFB nº. 81, de 2001)

É a que corresponde ao ano-calendário do falecimento.

Ocorrendo o falecimento a partir de 1º de janeiro de 2019, porém antes da apresentação da declaração correspondente ao ano-calendário de 2018, esta não se caracteriza como de espólio, devendo, se obrigatória, ser apresentada pelo:

- a) cônjuge meeiro, sucessor a qualquer título ou por representante desses, enquanto não iniciado o inventário;
 - b) inventariante, a partir da abertura do inventário, indicando o nome, número de inscrição no CPF e endereço na ficha Espólio;
 - c) interessado, com poderes de inventariante, indicando o nome, número de inscrição no CPF e endereço, na ficha Espólio, quando se tratar de inventário e partilha por escritura pública nos termos do que dispõe os arts. 610 e 611 da Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC).
- ✓ O mesmo procedimento deve ser adotado em relação às declarações referentes a anos-calendário anteriores a 2018, se obrigatórias e ainda não entregues.

ESPÓLIO

DECLARAÇÕES INTERMEDIÁRIAS (Art. 7º, da IN RFB nº. 81, de 2001)

Referem-se aos anos-calendário seguintes ao do falecimento, até o ano-calendário anterior ao da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens transitada em julgado ou da lavratura da escritura pública de inventário e partilha nos termos do que dispõe os arts. 610 e 611 da Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC).



ESPÓLIO

DECLARAÇÃO FINAL DE ESPÓLIO (Arts. 3º a 8º, da IN RFB nº. 81, de 2001)

- ✓ Considera-se Declaração Final de Espólio a que corresponde ao ano-calendário da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens ou escritura pública de inventário e partilha (nos termos do que dispõe os arts. 610 e 611 da Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC)).
- ✓ A responsabilidade pelos tributos devidos pela pessoa falecida até a data do falecimento é do espólio.
- ✓ A responsabilidade pelos tributos devidos pela pessoa falecida até a data da partilha ou adjudicação ou da lavratura da escritura pública é do sucessor a qualquer título e do cônjuge meeiro, limitada ao montante do quinhão, do legado, da herança ou da meação.

ESPÓLIO

- ✓ Havendo bens a inventariar, é obrigatória a apresentação dessa declaração, na qual devem ser incluídos todos os rendimentos recebidos que sejam próprios da pessoa falecida, ainda que transferidos de imediato ao cônjuge meeiro, aos herdeiros ou aos legatários.
- ✓ A apresentação da declaração e o pagamento do imposto devido cabem ao inventariante.
- ✓ A declaração final deve abranger o período compreendido entre 1º de janeiro e a data da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados, ou da escritura pública de inventário e partilha, aplicando-se-lhe as normas estabelecidas para o ano-calendário em que ocorrer a decisão.
- ✓ Na Declaração Final de Espólio devem ser incluídos os rendimentos próprios, 50% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns recebidos no ano-calendário até a data da decisão judicial da partilha, sobrepartilha, adjudicação, ou da escritura pública de inventário e partilha, os bens e direitos que constem do inventário e as obrigações do espólio. Opcionalmente, os rendimentos produzidos pelos bens comuns podem ser tributados em sua totalidade, em nome do espólio, o qual pode compensar o total do imposto pago ou retido na fonte sobre esses rendimentos.
- ✓ O ganho de capital na alienação de bens e direitos, realizada no curso do inventário, deve ser tributado em nome do espólio, salvo no caso de se tratar de cessão de direitos hereditários, caso em que cabe ao cedente apurar, em seu nome, o ganho de capital, observado o disposto na IN SRF nº. 84, de 11.10.2001, com as alterações incluídas pela IN RFB nº 897, de 29.12.2008.

ESPÓLIO

APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO FINAL DE ESPÓLIO

A Declaração Final de Espólio é apresentada em nome do de cujus, com endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) correspondentes ao de cujus, antes do falecimento.

O inventariante indica na ficha Espólio o seu nome, o número de inscrição no CPF e o endereço. Se o *de cujus* não estiver inscrito no CPF, deve ser solicitada a sua inscrição.

PRAZO DE APRESENTAÇÃO DECLARAÇÃO FINAL DE ESPÓLIO

A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao:

- a) da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados, que tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente ao da decisão judicial;
- b) da lavratura da escritura pública de inventário e partilha;
- c) do trânsito em julgado, quando este ocorrer a partir de 1º de março do ano-calendário subsequente ao da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados.

ESPÓLIO

ACRÉSCIMO DE BENS AO INVENTÁRIO - SOBREPARTILHA (Art. 11, da IN RFB nº. 81, de 2001)

São passíveis de sobrepartilha os bens:

- a) sonegados;
- b) da herança de que se tiver ciência após partilha;
- c) litigiosos, assim como os de liquidação difícil ou morosa;
- d) situados em lugar remoto da sede do juízo onde se processa o inventário.

- ✓ Nas situações de que tratam os itens c e d, a partilha dos demais bens integrantes do espólio, embora implique baixa na declaração de bens do espólio, não obriga a apresentação da declaração final, que somente é exigida quando do trânsito em julgado da sobrepartilha. Assim, se a sobrepartilha não for homologada no mesmo ano-calendário, a baixa dos bens resultantes da partilha é efetuada na declaração intermediária, informando, no campo "DISCRIMINAÇÃO" da declaração de bens, os dados referentes aos beneficiários e o valor de transmissão que, se superior ao constante no campo Situação no Ano Anterior, resulta na apuração de ganho de capital, observadas as instruções específicas.

ESPÓLIO

BENS ACRESCIDOS ANTES DA PARTILHA (Art. 12, da IN RFB nº. 81, de 2001)

- ✓ Na hipótese de haver bens trazidos aos autos do inventário em data anterior à do trânsito em julgado da decisão judicial da partilha, adjudicação, ou escritura pública de inventário e partilha, são incluídos na declaração os bens e os rendimentos por eles produzidos.
- ✓ Se os bens e direitos trazidos aos autos houverem produzido rendimentos em anos anteriores, não abrangidos pela decadência, devem ser retificadas as declarações apresentadas nos exercícios correspondentes desde a abertura da sucessão, para que nelas sejam incluídos esses bens e os rendimentos por eles produzidos, admitida a opção pela tributação em conjunto ou em separado dos rendimentos produzidos pelos bens e direitos possuídos em comum.

ESPÓLIO

BENS ACRESCIDOS APÓS A PARTILHA - SOBREPARTILHA (Art. 13, da IN RFB nº. 81, de 2001)

Relativamente aos bens trazidos aos autos após o trânsito em julgado da decisão judicial da partilha, adjudicação ou após a lavratura da escritura pública de inventário e partilha, deve ser observado o seguinte:

- I. as declarações de anos-calendário anteriores não alcançadas pela decadência devem ser retificadas com a inclusão dos bens e direitos sobrepartilhados e dos seus rendimentos, ou, caso inexistentes, devem ser observadas as condições de obrigatoriedade de apresentação
- II. se já tiver sido apresentada a declaração final relativa a essa fase, deve ser feita a sua retificação, para nela serem incluídos os bens objeto de sobrepartilha e os rendimentos por eles produzidos:
 - a) até a data da decisão judicial da sobrepartilha, se esta ainda ocorrer dentro desse mesmo ano-calendário;
 - b) em todo o ano-calendário, se a sentença da sobrepartilha ocorrer em ano-calendário posterior, passando essa declaração a ser considerada intermediária;

ESPÓLIO

BENS ACRESCIDOS APÓS A PARTILHA - SOBREPARTILHA (Art. 13, da IN RFB nº. 81, de 2001)

III. se a declaração final não tiver sido apresentada:

- a) caso a decisão judicial da sobrepartilha ocorra no mesmo ano-calendário da partilha, na declaração final devem ser informados os bens sujeitos a partilha e a sobrepartilha e os rendimentos produzidos por todos esses bens até a data da partilha e os produzidos pelos bens sobrepartilhados até a data da decisão judicial da sobrepartilha;
 - b) caso a decisão judicial da sobrepartilha ocorra em ano-calendário posterior ao da partilha, na declaração intermediária correspondente ao ano-calendário da decisão judicial da partilha, se obrigatória, devem ser informados os bens objeto da partilha e sobrepartilha e os respectivos rendimentos produzidos até 31 de dezembro.
- ✓ Ocorrendo sobrepartilha ou interposição de recurso contra a decisão da partilha, as declarações intermediárias continuarão a ser apresentadas nos prazos normais até o trânsito em julgado da decisão.
 - ✓ Transitada em julgado a decisão judicial referente à sobrepartilha, deve ser apresentada a declaração final.

ESPÓLIO

OCORRÊNCIA DE MORTE DE AMBOS OS CÔNJUGES (Art. 22, da IN RFB nº. 81, de 2001)

Na ocorrência de morte de ambos os cônjuges deve ser observado o seguinte:

I. Casamento em regime de comunhão parcial ou universal de bens:

- a) morte conjunta - deve ser apresentada uma única declaração de rendimentos em nome de um dos cônjuges, incluindo os bens, direitos, obrigações e os rendimentos pertencentes ao casal.
- b) morte em datas diferentes, mas antes de encerrado o inventário do pré-morto – deve ser apresentada uma única declaração de rendimentos, em nome do cônjuge pré-morto, abrangendo os bens, direitos, obrigações e rendimentos do casal.

II. Casamento em regime de separação de bens:

Quer a morte seja na mesma data ou em datas diferentes, deve ser apresentada uma única declaração, ou duas, segundo seja a sucessão processada em um ou dois inventários.

Trata-se de morte de ambos os cônjuges ou companheiros? Se a resposta foi SIM, responda a pergunta seguinte.

Trata-se de um inventário conjunto?

Se a resposta foi SIM, informe no nome e o número de inscrição no CPF do outro cônjuge ou companheiro.

ESPÓLIO

PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO FINAL DE ESPÓLIO

Devem ser observadas as instruções específicas, além das demais instruções de preenchimento da declaração de rendimentos comuns a todos os contribuintes e válidas para o ano-calendário correspondente ao ano da decisão judicial da partilha, sobrepartilha, adjudicação dos bens e direitos ou lavratura da escritura pública.



ESPÓLIO

FICHA - DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

- ✓ Na declaração de bens e direitos correspondente à Declaração Final de Espólio devem ser relacionados de forma discriminada todos os bens e direitos que constem no inventário e dos dependentes relacionados na declaração, no Brasil e no exterior, retratando a situação em que se encontravam em 31 de dezembro do ano anterior e na data da partilha, sobrepartilha, adjudicação ou lavratura pública.
- ✓ A transferência dos bens e direitos aos herdeiros e aos legatários pode ser efetuada pelo valor constante no campo Situação na data da partilha (R\$) com o valor constante na última declaração de bens e direitos apresentada pela pessoa falecida **ou por valor superior pelo valor de mercado**. Na declaração de rendimentos relativa ao exercício correspondente ao ano-calendário da decisão judicial da partilha, o meeiro, os herdeiros e os legatários **devem incluir em suas declarações** os bens e direitos recebidos pelo valor informado no campo Valor de transferência (R\$) da declaração de **bens e direitos da Declaração Final de Espólio**.
- ✓ **Se a transferência** for efetuada **por valor superior** ao constante no campo Situação na data da partilha (R\$), ainda que conste do formal de partilha, **a diferença constitui ganho de capital** e, observadas as instruções a ele pertinentes, fica sujeita à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 15%, inclusive nos casos de espólio iniciados antes de 1º de janeiro de 1998.
- ✓ Neste caso, utilize, conforme o caso, o programa Ganhos de Capital 2018 (bens e direitos adquiridos em reais) e/ou o programa Ganhos de Capital em Moeda Estrangeira 2018 (bens e direitos adquiridos em moeda estrangeira e/ou aplicações financeiras realizadas em moeda estrangeira e/ou moeda estrangeira mantida em espécie), disponíveis no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <<http://rfb.gov.br>>. Apure o imposto e exporte os dados para esta declaração.

ESPÓLIO

PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE GANHOS DE CAPITAL

Este imposto deve ser pago pelo inventariante, por meio de Darf (código 4600 - Ganho de Capital de bens ou direitos localizados no Brasil; código 8523 - Ganho de Capital de bens ou direitos e/ou aplicações financeiras liquidadas ou resgatadas, localizados no exterior e código 8960 - Ganho de Capital de moeda estrangeira mantida em espécie) em nome e com o número de inscrição no CPF do de cujus, até 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão judicial da partilha, sobrepartilha, adjudicação dos bens e direitos ou lavratura da escritura pública.

A IN RFB 1620, de 19.02.2016, deu nova redação ao § 5º do artigo 10, da IN SRF 81, de 2001, estabelecendo que, o imposto devido sobre ganho de capital deve ser pago pelo inventariante até a data prevista para a entrega da Declaração Final de Espólio.

Perguntas e Respostas IRPF 2018 - **Pergunta 576** – Qual é o prazo para o pagamento do imposto na transferência de bens e direitos por herança ou legado?

Resposta: Se transferência dos bens ou direitos for efetuada por valor superior àquele que vinha sendo declarado, a diferença a maior sujeitar-se-á à incidência de imposto sobre a renda à alíquota de 15%, em nome do espólio. O imposto devido sobre o ganho de capital deve ser pago pelo inventariante até a data prevista para a entrega da Declaração Final de Espólio. Preencher, utilizando-se do programa gerador específico, o Demonstrativo de Apuração dos Ganhos de Capital, exportando o seu resultado para a Declaração Final de Espólio.

(Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, arts. 10, 16 e 22; Instrução Normativa SRF nº 84, de 11 de outubro de 2001, arts. 3º, inciso II, e 30, § 3º, inciso III; e Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 - Regulamento do Imposto sobre a Renda - RIR/2018, arts. 130, 132, inciso I, 133, 140, inciso III, e 843, § 2º, inciso I)

ESPÓLIO

Bens da Atividade Rural

Os bens da atividade rural que tenham sido deduzidos como despesa da atividade rural não devem ser declarados na ficha Bens e Direitos e a sua transmissão ao meeiro, aos herdeiros ou aos legatários não segue as disposições relativas ao ganho de capital na transmissão dos demais bens e direitos.

Nesse caso, deve ser preenchido o demonstrativo da Atividade Rural, informando o valor de transmissão como receita da atividade rural em nome do espólio, no mês da transmissão. Para o beneficiário que continuar a explorar a atividade rural, o valor da transmissão dos bens da atividade rural caracteriza-se como despesa da atividade rural.

Para o beneficiário que não explorar a atividade rural, o valor da transmissão dos bens da atividade rural é considerado como custo de aquisição para efeito de ganho de capital em futura alienação desses bens.

Bens e Direitos Alienados no Ano-Calendário

No campo Discriminação, informe os dados relativos aos bens e direitos alienados no ano-calendário, o nome, o número de inscrição no CPF ou no CNPJ do adquirente, a data e o valor da alienação.

Não preencha os campos Situação na data da partilha (R\$) e Valor de transferência (R\$).

ESPÓLIO

PAGAMENTO DO IMPOSTO

O pagamento do imposto deve ser efetuado até a data prevista para a apresentação da Declaração Final de Espólio. Este prazo aplica-se igualmente ao imposto apurado na declaração correspondente ao ano-calendário anterior à decisão judicial da partilha, sobrepartilha, adjudicação dos bens e direitos ou lavratura da escritura pública bem como de quaisquer outros créditos tributários ainda não quitados, se prazo menor não estiver estipulado na legislação tributária. Não é permitido o pagamento em quotas.

RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

Caso, na Declaração Final de Espólio, seja apurado imposto a restituir, são observadas as mesmas normas aplicáveis às restituições das demais pessoas físicas vigentes no exercício a ela correspondente.

ESPÓLIO

RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES E DO INVENTARIANTE (Art. 23, da IN RFB nº 81, de 2001)

São pessoalmente responsáveis:

- a) o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão;
- b) o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão, do legado, da herança ou da meação;
- c) o inventariante, pelo cumprimento das obrigações tributárias do espólio, resultantes dos atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei.

CANCELAMENTO DO CPF (Art. 24, da IN RFB nº. 81, de 2001)

Processada a Declaração Final de Espólio, o número de inscrição no CPF do de cujus é cancelado. Não havendo espólio, em face da inexistência de bens a inventariar, deve ser solicitado o cancelamento da inscrição da pessoa falecida no CPF pelo cônjuge ou por qualquer de seus dependentes ou parentes.